imprimir

fechar a janela



DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Diário Oficial do Legislativo • DOL

sexta-feira. 28 de novembro de 2025 • nº 2280

Publicado em: 28/11/2025 Promulgação de Lei

LEI Nº 15.256, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025

Fica autorizada a instalação de câmeras de segurança e monitoramento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e no Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Teixeira (HPS) no Município de Juiz de Fora.

Projeto nº 255/2025, de autoria do Vereador Julinho Rossignoli.

O Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos §§ 3º e 7º do art. 39 da Lei Orgânica do Município e nos §§ 3º e 7º do art. 188 do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei, objeto de sanção tácita da Prefeita Municipal:

- Art. 1º Fica autorizada a instalação de câmeras de vídeo e áudio em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e no Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Teixeira (HPS) da cidade de Juiz de Fora.
- § 1º As câmeras de monitoramento de que trata o caput deste artigo deverão ser instaladas de maneira a permitir ampla cobertura da recepção e sala de espera dos pacientes e devem ser de alta resolução de imagem e audibilidade, estando posicionadas de maneira que permitam identificar os servidores/funcionários e pacientes/visitantes.
- § 2º O sistema de monitoramento deve ser localizado em ambiente interno e externo com transmissão de imagens em tempo real e armazenadas em servidor.
- § 3º Os equipamentos deverão funcionar ininterruptamente, sendo que as imagens gravadas deverão ser arquivadas por período não inferior a 180 (cento e oitenta) dias.
- Art. 2º Em casos de infrações cometidas e captadas pelas câmeras será obrigatória a imediata comunicação das ocorrências aos órgãos de segurança pública do Município.
- Art. 3º O disposto nesta Lei tem aplicação nas unidades de saúde já existentes, sob responsabilidade do Poder Público Municipal, bem como nas inauguradas posteriores à publicação desta Lei.
- Art. 4º As imagens gravadas poderão ser solicitadas mediante requisição formal, de maneira justificada, ao órgão responsável pela manutenção e preservação das imagens.
- Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barbosa Lima, 27 de novembro de 2025.

José Márcio Lopes Guedes Presidente da Câmara Municipal